

# Economia do desgaste dos corpos racializados sob o ponto de vista do feminismo decolonial

Recebido: 23.02.22  
Aprovado: 09.03.22

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Guilherme Marcondes (<https://orcid.org/0000-0001-6114-7944>),  
Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), Fortaleza, CE, Brasil<sup>i</sup>.

Roberto Marques (<https://orcid.org/0000-0002-5494-6462>),  
Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), Fortaleza, CE, Brasil<sup>ii</sup>.

“Quem limpa o mundo?” (2020: 133), esse é o questionamento central do livro *Um feminismo decolonial*, da cientista política Françoise Vergès<sup>1</sup>. Ao situar o debate acerca do feminismo e seus múltiplos caminhos, a autora coloca em pauta a necessidade de retorno à radicalidade feminista em moldes traçados pela corrente decolonial, opondo-se àquilo que denomina “feminismo civilizatório” ou branco-burguês. Vergès tem como foco os efeitos contemporâneos dos processos de racialização empreendidos nas colônias e metrópoles de outrora, compreendendo que impactos desse processo seguem estruturando as relações sociais, o Estado e as instituições em tais sociedades, em razão da “colonialidade que institui uma economia de vidas descartáveis, *humans as waste*” (2020: 42).

Quando visadas à luz da(s) empresa(s) capitalista(s), colonialista(s) e pelo “patriarcalismo liberal”, as demandas de igualdade de oportunidades de trabalho entre homens e mulheres ou de liberdade sexual, usualmente pautadas pelo “feminismo civilizatório”, têm expostos seus limites e contradições. Evidencia-se a cooptação da luta das mulheres pelo sistema neoliberal. Para demonstrá-lo, a autora nos convida a abandonar as abstrações generalizantes e observar o trabalho genderizado e racializado de mulheres não brancas no setor de limpeza, especialmente na França e suas antigas colônias, argumentando como este é exemplar das relações de dominação estabelecidas em moldes neoliberais. Em suas palavras:

Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, “abrem” a cidade. Elas limpam os espaços de que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar. Elas

*i.* Guilherme Marcondes é pós-doutorando (PNPD/Capes) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). <guilherme.marcondes@uece.br>

*ii.* Roberto Marques é docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/Uece), doutor em antropologia cultural (PPGSA/UFRJ). <roberto.marques@uece.br>

1. Françoise Vergès nasceu em Paris, em 1952, cresceu na Ilha Reunião, departamento ultramarino francês no Oceano Índico. Como demarca em seu livro aqui resenhado, na Reunião recebe sua educação política antirracista,

anticapitalista e antissexista (Vergès, 2020: 31). Graduou-se em ciência política e estudos feministas na San Diego State University (1989) e obteve seu PhD em teoria política pela Berkley University of California (1995).

desempenham um trabalho perigoso, mal pago e considerado não qualificado, inalam e utilizam produtos químicos tóxicos e empurram ou transportam cargas pesadas, tudo muito prejudicial à saúde delas. Geralmente, viajam por longas horas de manhã cedo ou tarde da noite. Um segundo grupo de mulheres racializadas, que compartilha com o primeiro uma intersecção entre classe, raça e gênero, vai às casas da classe média para cozinhar, limpar, cuidar das crianças e das pessoas idosas para que aquelas que as empregam possam trabalhar, praticar esporte e fazer compras nos lugares que foram limpos pelo primeiro grupo de mulheres racializadas. No momento em que a cidade “abre”, nas grandes metrópoles do mundo, mulheres e homens correm pelas ruas, entram nas academias, salas de yoga ou meditação. Aderindo ao mandato do capitalismo tardio, que exige manter os corpos saudáveis e limpos, essas mulheres e homens, na sequência de seus treinos, tomam um banho, comem uma torrada com abacate e bebem um suco detox antes de prosseguirem com suas atividades. Chega então a hora em que as mulheres negras e racializadas tentam encontrar um lugar no transporte público para seus corpos exauridos. Elas cochilam assim que sentam, seu cansaço é visível para aquelas que querem vê-lo (p. 18-19).

Ao chamar atenção para experiências locais e diferenças raciais e de gênero presentes nos corpos que lhes dão suporte, Vergès se insere em uma tradição de mulheres negras e racializadas que vêm tratando, em especial no Sul global, das intersecções/articulações de múltiplos marcadores sociais de diferença, sobretudo gênero, raça e classe. Leitura de mundo explicitada ainda no século XIX, quando, por exemplo, na cidade de Akron, Ohio, nos Estados Unidos, a ex-escravizada Sojourner Truth proferiu durante participação na Convenção dos Direitos da Mulher o famoso discurso em que questionava: “e não sou uma mulher?” Sojourner Truth explicitara então os limites da designação da categoria “mulher” como sujeito político presente nas falas de mulheres brancas e burguesas do movimento feminista de então. Naquele momento, demandas, ideais e formas de participação eram incapazes de abarcar a experiência de mulheres negras. No Brasil, articulação semelhante entre marcadores sociais emerge ainda em 1859, nos romances de Maria Firmina dos Reis (2018). Efetivamente, Truth e Reis podem ser consideradas precursoras de um feminismo que, ao interseccionar gênero, raça e classe, demonstra implicações teórico-político-metodológicas da ação de voltarmos nossa análise para a experiência racializada de mulheres das classes subalternas e como o passado colonial marca de forma incontestável o presente de exploração e subordinação de seus corpos.

Na tessitura dessa rede, interessa-nos ainda apontar vínculos entre o trabalho de Vergès e os chamados feminismos negros da década de 1970. Ao compreender a experiência de mulheres racializadas como central para o entendimento dos proje-

tos de dominação fundamentados em bases coloniais, os feminismos negros vêm atuando seja por meio dos movimentos sociais, seja no âmbito acadêmico, a fim de desvelar e dismantlar o projeto de sociedade que tem na figura dos homens, brancos, heterossexuais e detentores de capital o exemplo máximo de humanidade, enquanto se constitui o lugar de “outridade” (Kilomba, 2019) para indivíduos que não se enquadram naquele padrão.

A declaração mais genérica de nossa política atual é a de que estamos ativamente comprometidas com a luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe; encaramos como nossa tarefa particular o desenvolvimento de análise e práticas integradas baseadas no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados (*Combahee River*, 2019: 197),

anunciam, de forma contundente, as ativistas que assinam o *Manifesto* de abril de 1977 do coletivo *Combahee River*.

Nos anos 1990, as pistas analíticas dos feminismos negros serão reunidas por meio de um conceito guarda-chuva cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), a *interseccionalidade*. Contudo, como ensina Patricia Hill Collins (2017), é preciso demarcar que embora Crenshaw produza um conceito embasado em análises feministas negras que a precedem, seu conceito de *interseccionalidade* não deve ser tomado como a única compreensão dos modos de articulação/intersecção proposta pelos feminismos negros. Françoise Vergès contribui com esse raciocínio ao propor uma leitura das articulações/intersecções de marcadores sociais de diferença que, apesar de encontrar aproximações com a proposta de Crenshaw, também se afasta dela ao sugerir uma análise multidimensional da opressão. A autora se coloca, portanto, como crítica às limitações do conceito de interseccionalidade, que avança ao compreender os fatores de diferença de modo sistêmico, mas não daria tanta atenção ao entendimento das conexões que podem ser até mesmo contraditórias entre si, operando conjunções e não apenas segregações (Piscitelli, 2008). De acordo com Vergès (2020),

Não se trata de reconectar elementos de modo sistemático e, no fim das contas, abstrato, mas de fazer esforço de observar se existem conexões e quais são elas. Uma abordagem multidimensional permite evitar uma hierarquização das lutas fundada em uma escala de urgência cuja estrutura, via de regra, permanece ditada por preconceitos (p. 47).

É possível pensar conexões entre essa posição e os escritos de Avtar Brah (2006), por exemplo, que nos ensina que:

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres migrantes”. [...] Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (Brah, 2006: 341).

Françoise Vergès realiza, assim, uma análise que articula gênero, raça e classe, com especial atenção ao marcador classe. Para tanto, desce ao cotidiano da experiência contemporânea de mulheres racializadas, apontando a relação entre esse cotidiano e os processos históricos de colonização, cujos efeitos ainda se encontram entre nós a demandar ação e desmantelamento. Em seu diagnóstico, põe em relevo o papel do Estado e sua conexão com o capital para compreender conjuntamente os processos de subalternização efetuados pela sociedade globalizada em seu modelo neoliberal. Nesta análise, mulheres racializadas e imigrantes que atuam nos setores de limpeza são foco, justamente, por serem a maioria de funcionárias em um setor que, embora fundamental para o capitalismo, recebem poucos salários e necessitam realizar um trabalho perigoso e invisível: “o que quero enfatizar aqui é que essa economia de produção de lixo é inseparável da produção de seres humanos fabricados como ‘sucata’, como ‘lixo’” (p. 127), dirá a autora acerca de como são compreendidas as mulheres racializadas funcionárias do setor de limpeza.

A autora delinea, assim, ao longo do livro, o que chamará de *economia do desgaste dos corpos racializados*. Demonstra como o trabalho do cuidado, sobretudo, aquele referente à limpeza, é historicamente entendido como trabalho feminino. Com o advento neoliberal e a cooptação de ideologias feministas civilizatórias nos grandes centros urbanos do mundo, em especial na Europa, o que se tem são mulheres que deixaram seus lares e foram ao mercado de trabalho ocupando cargos de gerência em grandes empresas. Todavia, para isso ocorrer outros corpos genderizados e racializados têm sido oprimidos. Demarca então processos de segregação embasados em uma divisão sexual-racial do trabalho. Dirá a autora:

Refiro-me aqui à economia do *desgaste* dos corpos racializados, do esgotamento de forças, na qual pessoas designadas pelo capital e pelo Estado como aptas a serem usadas, a serem vítimas de doenças, debilidades e deficiências que, se são reconhecidas pelo Estado após tantas lutas, não chegam a servir para um questionamento da própria estrutura que as provoca. O desgaste dos corpos (que obviamente também diz respeito aos homens, mas eu insisto na feminização da indústria da limpeza no mundo) é inseparável e

uma economia que divide os corpos entre aqueles que têm direito a uma boa saúde e ao descanso e aqueles cuja saúde não importa, que não têm direito ao descanso (p. 125-126, grifo no original).

É deste modo que a autora se afasta do dito feminismo civilizatório, ou branco-burguês, que tomando as mulheres brancas como vítimas dos homens tiveram seus ideais cooptados pelo sistema neoliberal, não atentando para o fato de que “seu desejo de igualdade em relação aos homens repousa na exclusão de mulheres e homens racializadas/os” e, ademais, coloca “mulheres e homens que não pertencem nem à sua classe nem à sua raça em uma situação de desigualdade de fato e de direito” (p. 56). As demandas feministas que não enxergam as intersecções/articulações de gênero, raça e classe são alvo da crítica de Vergès, como foram de Soujourne Truth e tantas outras intelectuais que vêm há décadas denunciando um feminismo cego às múltiplas dimensões de opressão, inerte à efetiva transformação estrutural da sociedade, mantendo homens e mulheres racializados no Norte e no Sul do globo sob um regime de dominação e expropriação que beneficia sobretudo aqueles homens brancos detentores do poder.

Dentre tantos dados e cenas trazidos pela autora sobre tensões na constituição e financiamento de movimentos de mulheres a partir de conjunções e disjunções globais e seus efeitos, parece-nos precioso citar a análise de Vergès acerca dos impactos advindos do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em 2018. Paralelo à repercussão do fato na vida das pessoas que conviviam com Marielle e aos desdobramentos políticos do ato, a força simbólica manifesta na polarização política no Brasil teve como consequência a aprovação do projeto nefasto de poder de Jair Bolsonaro. O atual presidente do país que, como lembra Vergès (p. 38), traz em seu projeto uma proposta neoliberal e não poucas vezes teve falas públicas de conteúdo misógeno, negrófobo, homofóbico etc., e que, em plena pandemia da Covid-19 demonstrou completo descaso com a população brasileira, chegando até mesmo a recusar compra de vacinas<sup>2</sup>. Cabe demarcar que não são poucas as mulheres, como a parlamentar Carla Zambelli, que, acenando ao discurso da representatividade feminina em cargos de poder em seu molde neoliberal, foram eleitas fazendo amplo apoio às propostas e discursos do presidente.

Crítica mordaz do *feminismo civilizatório*, Vergès denuncia como este feminismo, em consonância com o processo colonial europeu, elicia a compreensão de uma sequência histórica supostamente capaz de desencadear a igualdade entre mulheres e homens. Nesse raciocínio, o islã é acionado como imagem de contraste, caracterizado como lugar monocórdio de atraso e desigualdade. Especialmente na França, a materialização de imaginários a partir de espacialidades, cujas moralidades seriam opostas entre si, é encarnada por medidas institucionais que impedem

2. Como largamente noticiado em junho de 2021, a empresa americana Davati Medical Supply denunciou o diretor do ministério da saúde Roberto Dias por pedido de propina de US\$ 1,00 por dose adquirida. A investigação foi apurada pela CPI da Covid.

o uso do véu. Não raras vezes atuando de modo islamofóbico e alheias à agência das mulheres que optam pelo uso da vestimenta.

Esse feminismo legitimou uma divisão entre uma sociedade aberta por natureza à igualdade entre mulheres e homens (a europeia) e as sociedades por natureza hostis à igualdade (todas as outras, mas, principalmente, a muçulmana)(p. 17).

Dessa forma, para que se encaixem na gramática imperialista e neoliberal, militantes, intelectuais e ativistas ao redor do mundo são levadas a acolher a oposição que generaliza e abstrai a condição comum de “mulheres”, detentoras de suposta natureza partilhada, em oposição a homens, encarnação de um patriarcado também abstrato. As feministas civilizatórias seriam responsáveis por uma despolitização do feminismo, capitaneando práticas consonantes aos ideais neoliberais. “Admite-se que as mulheres racializadas estejam ao lado das feministas civilizatórias, mas apenas se demonstrarem aderir à interpretação ocidental dos direitos das mulheres” (p. 89) – denuncia Vergès.

Publicado na França em 2019 e rapidamente traduzido e publicado no Brasil (2020), *Um feminismo decolonial* pode ser lido como um chamado ao retorno do radicalismo. A obra se divide em um Prefácio à edição brasileira, uma Introdução (denominada: “Invisíveis, elas ‘abrem a cidade’”) e mais dois capítulos (“Definir um campo: o feminismo decolonial” e “A evolução para um feminismo civilizatório do século XXI”), além de contar com Prefácio de Flávia Rios, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Nota das tradutoras.

Como argumenta a autora, o livro não se enquadra em uma nova “onda” ou “nova geração” feminista. De fato, a proposta de Vergès é que o feminismo decolonial seja posto em prática para cumprir seu papel radical no longo processo sócio-histórico de descolonização. À proposta feminista decolonial, voltada à emancipação de mulheres e homens racializados/os, especialmente no Sul global, Françoise Vergès agrega, ainda, o feminismo de quilombagem, aquele que revisita a história e tem destacado perspectivas e práticas de mulheres negras em prol de sua libertação de regimes de opressão ao redor do mundo. Lembra, assim, o trabalho de Lélia González (2020) em prol de um feminismo afro-latino-americano, ou seja, de uma perspectiva feminista que reunisse, em especial, as mulheres racializadas de diferentes contextos em busca de uma efetiva transformação das sociedades, obviamente atentando para suas particularidades. Entretanto, enquanto González foca sua atenção para a América Latina, Vergès propõe o mesmo tipo de atenção à necessidade de uma mudança global, pensada a partir de experiências e corpos concretos, capazes de desmantelar oposições naturalizantes e ideais ilusórios de um bem comum.

## Referências

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329–376, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644745>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio Janeiro: Zahar., 2020 [1988].

HILL COLLINS, Patricia. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

PEREIRA, Stefania; GOMES, Letícia Simão. Tradução: Manifesto do Coletivo Combahee River. *Plural*, v. 26, n. 1, p. 197-207, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>>. Acesso em: 19 Fev. 2022.

REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. In: \_\_\_\_\_. *Úrsula e outras obras*. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2018 [1859].



